



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
DIARIO DO POVO	10/07/2010	04	POLITICA Col. Em Tempo

Foto: Dinavan Fernandes



"Corte"

Instados a participar do Mutirão do Judiciário, organizado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), 24 juízes eleitorais do Piauí sofreram cortes em suas gratificações por parte do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Edvaldo Moura, esteve em Brasília tratando pessoalmente com o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, mas o assunto ainda não foi resolvido. Os magistrados se sentem injustiçados com os cortes em suas gratificações.

Magistrados

O presidente em exercício da Associação dos Magistrados do Piauí, José Afrton Medeiros, manifestou-se contrário à proposta de extinção da aposentadoria para magistrados que forem afastados de suas funções em razão de denúncias de desvios das suas atribuições. Segundo ele, o juiz ou desembargador só deve perder o direito ao pagamento após a ação transitar em julgado e ficar reconhecida a sua culpabilidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
DIARIO DO POVO	10/07/2010	07	POLICIA

■ JUSTIÇA

Tribunal manda liberar policial preso pela Cico

O Tribunal de Justiça do Estado, através da 2ª Câmara Criminal, determinou, ontem, a colocação em liberdade do papiloscopista Fabrízio Roney Sena que foi preso preventivamente como acusado de envolvimento em um grupo que foi apontado pela polícia como autores de crimes de seqüestro, cárcere privado e extorsão contra o paulista Guerino Walter.

Fabrízio Roney foi preso no dia 29, último, por policiais da Cico e dias depois ele contratou o advogado Leôncio Coelho para patrocinar a sua defesa. Um pedido de liberdade provisória foi feito junto à 8ª Vara Criminal, mas o juiz Antônio Soares Negou.



ADVOGADO Leôncio Coelho

Diante da decisão do magistrado, Leôncio Coelho interpôs um habeas corpus, com pedido de tutela antecipada, junto ao Tribunal de Justiça que foi distribuído para a 2ª Câmara Criminal, onde o desembargador Sebastião Ribeiro Martins que ficou como relator, decidiu conceder a liminar e mandou que o alvará de soltura fosse feito imediatamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	10/07/2010	CAPA	DIA – A- DIA

Candidatos querem anulação de concurso

Candidatos que participaram do concurso realizado pelo Tribunal de Justiça do Piauí querem que o certame seja anulado, pois, acreditam que a identificação das provas discursivas coloca em cheque a idoneidade do processo de seleção. A Fundação Getúlio Vargas, organizadora do concurso, não se pronunciou sobre o assunto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	10/07/2010	01	DIA - A - DIA

Candidatos querem anulação de concurso do TJ do Piauí

Candidatos afirmam que a prova discursiva foi identificada pelos candidatos e pedem anulação de certame

Robert Pedrosa
REPÓRTER

Candidatos que fizeram as provas do último concurso do Tribunal de Justiça do Piauí, para os cargos de assessor jurídico e analista judiciário, no último dia 27 de junho, querem a anulação das provas discursivas. Eles alegam que todas foram identificadas com o nome do candidato, o que coloca em cheque a idoneidade do certame.

"A prova discursiva era a elaboração de um parecer, mas todas estavam identificadas com o nome do aluno, e não com o número, como é comum. A gente sabe que a análise desse tipo de avaliação é muito subjetiva. Então, como é possível permitir a identificação?", questiona Rafaela Pimentel, concursista que já tinha feito outro concurso para o mesmo cargo,

mas sem identificação do parecer.

Rafaela reclama também que o tema do parecer não estava entre os previstos no edital do concurso, como deveria ser. "Cobramos um assunto que não constava na relação. Outro problema. Por isso acho que deve ser anulado", diz a estudante.

No total, 4.004 candidatos se inscreveram para a seleção, sendo 3.657 para assessor jurídico e 347 para analista judiciário. Foram oferecidas 70 vagas (efetivas e formação de cadastro de reserva) para nível superior. A remuneração chega a R\$ 3.071,02.

O professor Paulo Roberto Fagundes, dono de uma empresa que prepara alunos para concursos públicos, acha que foi uma falha da organização identificar o candidato, mas não vê motivos para anulação do concurso. "Não acredito que foi má-fé da instituição, com intenção de burlar

o certame. Pedir a anulação do concurso vai prejudicar os candidatos, pois terão que fazer nova prova. Aqueles que conseguiram boas notas na objetiva podem não ter o mesmo desempenho na segunda", explica o professor.

Um dos coordenadores do concurso do TJ, o juiz José Vidal, afirma que não recebeu nenhuma reclamação dos candidatos, mas diz que vai entrar em contato com a organizadora do concurso para saber se teve algum recurso. "Com relação à aplicação das provas e de seu conteúdo, a responsabilidade é da empresa organizadora", justifica.

A reportagem de O DIA entrou em contato com a Fundação Getúlio Vargas, responsável pelo concurso e foi informada que poderia enviar perguntas por email sobre dúvidas da imprensa. Mas até o final da manhã desta sexta-feira (9), a FGV não havia retornado o email.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	10/07/2010	02	POLITICA

JUDICIÁRIO

CNJ fará nova inspeção no Ministério Público do Piauí

O Conselho Nacional de Justiça fará inspeção no Ministério Público do Piauí. O anúncio foi feito ontem, por meio de uma portaria expedida pelo Corregedor Nacional do Ministério Público, Sandro José Neis. No dia 3 de agosto, o Corregedor e uma equipe formada por membros de outras unidades do Ministério Público e outros servidores designados iniciarão os trabalhos. Todos os serviços administrativos e funcionais passarão por análise da equipe do CNJ.

Na portaria, Sandro Neis argumenta que a realização de sindicâncias, inspeções e correições em relação às denúncias, reclamações e representações envolvendo a atuação dos membros do Ministério Público é de competência do Corregedor Nacional do Ministério Público, baseado na Constituição da República e no regimento interno do CNJ.

O corregedor ressalta também que o objetivo do CNJ é detectar eventuais inadequações de ordem disciplinares ou administrativas para adotar as providências neces-

sárias para solucionar as distorções, além de orientar os membros do Ministério Público no desenvolvimento das atividades.

Na última inspeção realizada pelo CNJ no Estado, foram detectados diversos problemas que constam no relatório do órgão. Dentre as irregularidades estava nepotismo direto ou cruzado, pagamento indevido de diárias, ajuda de custo a magistrados, excesso de cargos comissionados e lentidão na tramitação dos processos.

Em novembro do ano pas-

sado, o Conselho Nacional de Justiça aprovou, por unanimidade, o relatório conclusivo da inspeção realizada no Ministério Público do Piauí. Na época, foi determinada adoção de algumas medidas para correção de irregularidades encontradas e aprovado que seria realizada uma nova inspeção dentro de seis meses. O Procurador-geral de Justiça e o Corregedor-geral do Ministério Público do Piauí já foram comunicados e poderão acompanhar todos os trabalhos da equipe do CNJ.

(Mayara Martins)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	10/07/2010	06	GERAL

PARNAÍBA

Vítima revela como agia a quadrilha que fraudou o DPVAT

Membros da quadrilha aliciavam acidentados para assinar pedidos de indenização e ficavam com o dinheiro

Oliveira Sales
REPÓRTER

Uma das vítimas da quadrilha que aplicava golpes do seguro DPVAT em Parnaíba, liderada pelo advogado e ex-presidente da subseção local da OAB, Faminiano Machado, confirmou para a polícia que foi vítima da ação dos marginais e contou detalhes sobre o caso. Trata-se de Edmar dos Santos Liberato. Ele disse que sofreu um acidente de carro e recebeu visita de um dos integrantes da quadrilha de nome Francisco, que o convenceu a entrar com pedido de seguro através do escritório do advogado e ex-presidente da OAB, seção de Parnaíba, Faminiano Machado.

Após serem feitos os documentos, ficou constatado que

Edmar dos Santos teria direito a receber R\$ 17.687,09. Segundo ele, o dinheiro foi sacado pelo advogado Faminiano, que se apresentou como representante dele no banco, de posse de um alvará da Justiça e de procuração que ele afirma nunca ter assinado.

Segundo ele garante, Faminiano usou também um recibo falso. No recibo, constava que Edmar dos Santos tinha recebido a quantia sacada no banco. No entanto, ele revela que nunca recebeu nenhum centavo do dinheiro. Segundo Edmar, também tem envolvimento com o grupo liderado por um homem conhecido como Nunes, que diz ser policial. Ele garantiu ainda que as assinaturas constantes nos documentos que permitiram o recebimento do dinheiro não são de sua autoria e que nem sequer conhece o advogado pessoal-

mente.

O delegado da Comissão Investigadora do Crime Organizado (Cico), Carlos César, informou que já foram presos o policial Rogério Nunes da Costa e sua mulher, Andrea Lorena Carvalho. As diligências e investigações são comandadas pelo delegado Willame Moraes, que deverá cumprir outros mandados de prisão, sendo um deles contra o advogado Faminiano Araújo Machado, que está foragido, e a irmã dele, Farlhana Araújo Machado. As investigações prosseguem em Parnaíba.

O presidente da OAB/PI, Sigifroi Moreno, garantiu que o Tribunal de Ética da instituição vai apurar todas as denúncias contra Faminiano Machado. Entre as punições cabíveis, se comprovados os fatos, o registro dele poderá ser cassado, o que impedirá o exercício da advocacia.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL 180 GRAUS	10/07/2010	-	GERAL/CONCURSO

PROVAS FORAM TODAS NOMEADAS
Vários candidatos exigem a anulação do concurso do TJ no Piauí

No total, 4.004 candidatos se inscreveram para a seleção, sendo 3.657 para assessor jurídico

Candidatos que fizeram as provas do ultimo concurso do Tribunal de Justiça do Piauí, para cargos de assessor jurídico e analista judiciário, no último dia 27 de junho, querem a anulação das provas discursivas.

Eles alegam que todas foram identificadas com o nome do candidato, o que coloca em cheque a idoneidade do certame.

“A prova discursiva era a elaboração de um parecer, mas todas estavam identificadas com o nome do aluno, e não com o número, como é comum. A gente sabe que a análise desse tipo de avaliação é muito subjetiva. Então, como é possível permitir a identificação?”, questiona Rafaela Pimentel, concurseira que já tinha feito outro concurso para o mesmo cargo, mas sem identificação do parecer.

Rafaela reclama também que o tema do parecer não estava entre os previstos no edital do concurso, como deveria ser. “Cobram um assunto que não constava na relação. Outro problema. Por isso acho que deve ser anulado”, diz a estudante.

No total, 4.004 candidatos se inscreveram para a seleção, sendo 3.657 para assessor jurídico e 347 para analista judiciário. Foram oferecidas 70 vagas(efetivas e formação de cadastro de reserva) para nível superior. A remuneração chega a R\$3.072,02.

O professor Paulo Roberto Fagundes, dono de uma empresa que prepara alunos para concursos públicos, acha que foi uma falha da organização identificar o candidato, mas não vê motivos para anulação do concurso. “Não acredito que foi má-fé da instituição, com intenção de burlar o certame. Pedir a anulação do concurso vai prejudicar os candidatos, pois terão que fazer nova prova. Aqueles que conseguiram boas notas na objetiva podem não ter o mesmo desempenho na segunda”, explica o professor.

Um dos coordenadores do concurso do TJ, o juiz José Vidal, afirma que não recebeu nenhuma reclamação dos candidatos, mas diz que vai entrar em contato com a organizadora de concurso para saber se teve algum recurso. “Com relação à aplicação das provas e de seu conteúdo, a responsabilidade é da empresa organizadora”, justifica.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL DA CLUBE	10/07/2010	-	GERAL

TJ concede liberdade a policial preso pela CICO

O Tribunal de Justiça concedeu liberdade provisória a um policial preso pela Comissão Investigadora do Crime Organizado (CICO). A decisão foi tomada ontem (9) pela 2ª Câmara Criminal.

O papiloscopista Fabrício Roney Sena é acusado de envolvimento no caso de sequestro e extorsão de Guerino Walter. Ele estava preso desde o dia 29 de junho. A defesa havia pedido sua liberdade ao juiz da 8ª Vara Criminal, Antônio Soares, mas foi negada.